



REVISTA
**ESPACIO_y
SOCIEDAD**

Año 3 - N° 3 - 2019

ISSN 0719 - 8922



Colectivo de Geografía Crítica Gladys Armijo Zúñiga
correo electrónico: seminariogladysarmijo@gmail.com

Revista Espacio y Sociedad
correo y envío de manuscritos: revista.espaciosociedad@gmail.com

sitio web y bases de la revista: www.geografiacritica.cl

REVISTA ESPACIO Y SOCIEDAD

EDITORIA

Cristina Bonilla Araya

COMITÉ EDITORIAL

Froilán Cubillos Alfaro

Marcela Fernández Valenzuela

Felipe Morales Rivas

Ignacio Celis Marín

Diego Pinto Veas

DIAGRAMACIÓN

Ignacio Celis Marín

Felipe Morales Rivas

ILUSTRACIONES

Enzo Castillo

REVISTA ESPACIO Y SOCIEDAD

AÑO 3 - N° 3 - 2019

ISSN: 0729-8922

Abrev.: Revi. espacio soc.

Es una publicación del Colectivo de Geografía Crítica
Gladys Armijo Zúñiga

Primera edición digital

Valparaíso - Buenos Aires



Esta revista se puede reproducir total o parcialmente, siempre y cuando sea sin fines comerciales y citando la autoría correspondiente a cada artículo e/o ilustraciones.

Ilustraciones: enzocastillo03@gmail.com



Comunicar para territorializar: A produção do território imaterial comunal na Venezuela

Leonardo Fernandes Ferreira¹

Resumo

A partir de reflexões de autores da geografia, a produção material de um território produz, por sua vez, um território imaterial que, dialeticamente, sustenta a produção material da vida em sociedade. Nesse sentido, esse artigo busca analisar como os meios de comunicação populares, atuantes no processo histórico recente da Venezuela, operam na produção desse território imaterial, a partir da experiência concreta da construção das comunas bolivarianas.

Palavras-Chave: Território, Territorialização, Território imaterial, Comunicação, Comuna

Abstract

According to reflections of authors on geography, the material production of a territory produces, at the same time, an immaterial territory that, dialectically sustains the material production of life in society. In that direction, this paper seeks to analyze how popular media which acts in the recent historic process of Venezuela, operating in the production of that immaterial territory, from concrete experience of construction of bolivarian communes.

Key words: Territory, Territorialization, Immaterial territory, Communication, Commune

¹ Leonardo Fernandes Ferreira é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais - IPPRI - da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita" (UNESP).

Alguns países da América Latina experimentaram nas duas primeiras décadas do século XXI processos políticos que, em menor ou maior medida, contribuíram para modificar o espaço geográfico habitado e a maneira como se organizam algumas dessas sociedades em seus territórios. A experiência da construção das comunas na Venezuela, iniciada em 2010, é um exemplo contumaz do processo de transformação do território-nação e que, embora tenha sido impactada por uma forte crise econômica desde 2014 – promovida fundamentalmente por fatores externos – avança na redefinição de sua geopolítica local, a partir da experiência das comunas.

Diversos são os instrumentos ou tecnologias sociais que operam no processo de territorialização da nova forma de organização social e que são, para os atores sociais daquele contexto, fundantes da experiência comunal; como a educação, a cultura, o trabalho – e, portanto, os processos produtivos coletivizados – e a comunicação, que já vinha ocupando um papel de centralidade no desenvolvimento social venezuelano por razões de contexto histórico, às quais buscarei me ater um instante com o intuito de contextualizar o surgimento desses dois projetos do socialismo bolivariano: o eixo comunicacional e a construção do chamado “estado comunal”¹.

Após sofrer um golpe de estado em abril de 2002, sobre o qual grandes meios de comunicação estiveram diretamente envolvidos – característica nada exclusiva dos venezuelanos, em se tratando dos processos políticos na América Latina – o então presidente da Venezuela, Hugo Chávez, determinou a criação de uma política de comunicação que estivesse orientada a dois objetivos centrais: 1 – disputar a formação da consciência coletiva, até então, monopolizada pelo setor empresarial do país e de forças políticas externas; 2 – criar ferramentas de

comunicação autônomas que, por sua vez, estivessem a serviço do novo poder constituinte.

O fortalecimento das estruturas de comunicação já existentes ou a criação de novas estruturas a partir do Estado cumpriria a função de competir em relativa igualdade de condições técnicas e recursos materiais com os grandes meios de comunicação e estabelecer uma nova correlação de forças na produção dos discursos e na formação da consciência coletiva. Nessa linha, o principal canal estatal, a Venezolana de Televisión – VTV – ganhou nova roupagem técnica, e no mesmo contexto, foi criada em 2005 a TeleSUR, canal latino-americano de notícias, sediado em Caracas e financiado sobretudo com recursos venezuelanos.

Mas é sobre o segundo objetivo que nos interessa olhar com maior atenção, pois trata-se da demanda pela instauração de uma práxis comunicacional correspondente ao processo constituinte de uma nova estrutura geopolítica no país, nomeada, a princípio, com o vago termo de “poder popular”.

A centralidade da comunicação no processo histórico de transformação social e política fica explicitada na publicação do Projeto Nacional Simón Bolívar², base para a reeleição do ex-presidente Hugo Chávez em 2006. No item III. *Democracia protagônica revolucionária*³, o texto propõe “Universalizar o acesso aos diferentes tipos de comunicação” e “Promover a soberania comunicacional” (2006).

Nessa esteira, mais de 800 meios de comunicação populares foram criados na Venezuela entre os anos de 2002 e 2017, segundo levantamento do Ministério do Poder Popular para a Comunicação e Informação⁴, e a comunicação alternativa passou a ser uma política de Estado para a promoção da atividade comunicacional como uma ferramenta legítima de organização social. Uma das experiências mais exitosas é a CatiaTV, que além de um meio de comunicação comunitário – localizado em uma das entradas do popular bairro 23 de Enero, no município Libertador, do oeste de Caracas – funciona desde 2002 como uma “incubadora” de novas estruturas populares de comunicação, grande parte delas operando em rede.

1 O “estado comunal” é definido da seguinte maneira pelo Ministério das Comunas da República Bolivariana da Venezuela, em texto publicado em seu portal de internet no dia 20 de janeiro de 2019 (<https://www.mpcmunas.gob.ve/2019/01/20/2019-anos-de-consolidacion-del-estado-comunal/>): “O Estado Comunal passa a desenhar a nova geometria do poder que se traduz em: a conformação do território a partir da nova perspectiva política e estratégica da segurança da nação; Novas instâncias de gestão de governo, gestão de desenvolvimento e das políticas públicas; segregação do Poder do Estado, sob a figura de novas instituições: Os estados e municípios como instâncias de gestão política, os eixos de desenvolvimento territorial, as regiões estratégicas, os corredores-districtos motores do desenvolvimento, como instâncias de gestão estratégica e geopolítica do desenvolvimento e finalmente, mas não menos importante dentro da nova geometria Comunal, as Comunas e Conselhos Comunais, como instâncias de gestão de políticas públicas, onde destaca a participação da cidadania organizada no poder comuna”. **(Tradução do autor)**

2 Tradução do autor do título original em espanhol: *Proyecto Nacional Simón Bolívar. Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación – 2007 – 2013*.

3 Em português, Democracia protagônica revolucionária. **(Tradução do autor)**

4 Levantamento foi anunciado pelo então ministro da Comunicação venezuelano, Ernesto Villegas, no dia 7 de março de 2017, quando participava do XV Encontro da Rede de Intelectuais em Caracas (<http://www.mppcf.gob.ve/mas-de-800-medios-de-comunicacion-han-nacido-durante-la-revolucion-en-venezuela/>)

A medida que se coletiviza a tarefa da comunicação social e comunitária, essas experiências passam a operar no processo histórico venezuelano como tecnologias sociais, compreendidas a partir da reflexão teórica de Claudio Katz (1999), que às concebe como “força social produtiva” e formula o que chama de “utilização proveitosa da tecnologia, dentro de um projeto emancipatório”. Diz o autor:

O conceito força produtiva social tem um claro significado político, ao colocar em evidência o caráter de classe que tem o uso de certas inovações, assim como a ideologia justificadora dessa instrumentalização. A tecnologia não é um instrumento neutro do progresso. Os capitalistas a utilizam para maximizar seus benefícios, estendendo inclusive este princípio ao próprio desenho dos instrumentos. (...) A outra dimensão política da noção força produtiva social é o projeto que implicitamente contém, a favor da utilização socialmente proveitosa da tecnologia. ⁵ (Katz, 1999) **(Tradução do autor)**

Tecnologias inovadas e transformadas a partir da realidade e das demandas da poder constituinte, – no caso venezuelano – uma experiência que se contrapõe à simples apropriação das tecnologias convencionais disponíveis, na mesma linha de pensamento de Renato Dagnino, Flávio Cruvinel Brandão e Henrique Novaes (2004) em “Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social”:

Assim, entendida como um processo de inovação a ser levado a cabo, coletiva e participativamente, pelos atores interessados na construção daquele cenário desejável, a TS se aproxima de algo que se denominou, em outro contexto, “inovação social” (Dagnino; Gomes, 2000). O conceito de inovação social, entendido ali a partir do conceito de inovação – concebido como o conjunto de atividades que pode englobar desde a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico até a introdução de novos métodos de gestão da força de trabalho, e que tem como objetivo a disponibilização por

uma unidade produtiva de um novo bem ou serviço para a sociedade. (Dagnino; Brandão e Novaes, 2004, p. 20)

Mais adiante, os autores parecem rejeitar o fatalismo que acomete a certos deterministas que atrelam o desenvolvimento das tecnologias à reprodução do capital; e reconhecem a multidirecionalidade da tecnologia social.

A visão da teoria crítica (...) reconhece as consequências catastróficas do desenvolvimento tecnológico, ressaltadas pelo substantivismo, mas ainda assim vê na tecnologia uma promessa de liberdade. O problema não estaria na tecnologia como tal, mas em nosso fracasso, até o momento, em criar instituições apropriadas ao exercício do controle humano sobre ela. Tal visão, pois, concorda parcialmente com o instrumentalismo (a tecnologia é controlável) e com o substantivismo (a tecnologia é condicionada por valores). Segundo a teoria crítica, a tecnologia existente “emolduraria” não apenas um estilo de vida, mas muitos possíveis estilos diferentes, cada um refletindo diferentes escolhas de design e diferentes extensões da mediação tecnológica. (Dagnino; Brandão e Novaes, 2004, p. 36)

Ainda é preciso destacar o modo como a comunicação é analisada: a partir de uma concepção dialética, buscando se afastar de visões deterministas que atrelam o exercício dessa área específica do conhecimento ao desenvolvimento do capital, ou como uma simples atividade econômica do capitalismo, mas, sobretudo como uma “forma específica de conhecimento humano” (Ferreira, 2007), como busquei refletir no estudo realizado para a conclusão do curso de Comunicação Social, denominado *Objetividade e Parcialidade na obra jornalística de Karl Marx*.

Nele, propus uma discussão sobre o papel da comunicação na produção de pensamento humano, determinado socialmente, a partir da produção teórica do filósofo alemão e de alguns de seus estudiosos contemporâneos, como Adelmo Genro Filho (1987), autor de *O Segredo da Pirâmide*.

Um dos principais seguidores do pensamento marxiano na área da comunicação social, especificamente da atividade jornalística⁶, Genro (1987) expõe uma concepção da atividade comunicacional associada a uma

⁵ No original: “El concepto fuerza productiva social tiene un claro significado político, al poner de relieve el carácter de clase que tiene el uso de ciertas innovaciones, así como la ideología justificatoria de esta instrumentación. La tecnología no es un instrumento neutral del progreso. Los capitalistas la utilizan para maximizar sus beneficios, extendiendo incluso este principio al propio diseño de los artefactos. (...) La otra dimensión política de la noción fuerza productiva social es el proyecto que implícitamente contiene, en favor de la utilización socialmente provechosa de la tecnología” (Katz, 1999)

⁶ Embora o estudo estivesse voltado a refletir especificamente sobre a atividade do jornalismo, é possível e necessário transpor essa discussão a uma dimensão mais ampla da atividade comunicacional.

“dimensão simbólica do processo global de apropriação coletiva da realidade”.

A partir de reflexões do comunicólogo Eduardo Meditsch (1997), estudioso de Genro, discorro de forma resumida sobre as conclusões do debate entre autores.

Para Adelmo, “o jornalismo é uma forma social de conhecimento (...) cristalizado no singular” (Meditsch, 1997, p.29), ou seja, uma forma de conhecimento desenvolvida no interior do tecido social, cujo objeto não é senão eventos singulares relativos à atividade produtiva humana. E, enquanto tal, *a comunicação*⁷ é um instrumento de apropriação simbólica de uma dada realidade que, por lidar com esta efetividade material, objetiva, configura-se como uma forma específica de produção ideal “articulada à autoprodução histórica do homem” situando-se, desta forma, “no âmago da atividade prática coletiva, da produção social do conhecimento que emana dessa atividade e, ao mesmo tempo, a pressupõe”, (Meditsch, 1997, p.29) não se reduzindo a uma expressão passiva, nem a uma ratificação necessária de tal contexto. Podendo, ao invés disso, servir para questioná-lo. (Ferreira, 2007, p. 48)

Mas em qual território opera essa comunicação? Em um extenso estudo intitulado “La larga marcha hacia la sociedad comunal”, os antropólogos venezuelanos Iraida Vargas Arenas e Mario Sanoja Obediente (2017) afirmam que o modo de organização comunal na Venezuela “tem raízes históricas profundas”.

Nossas pesquisas sobre etnografia rural no estado Lara, por exemplo, indicam que as atuais Comunas camponesas – em particular as presentes na região centro-ocidental do país – não surgem de um vazio histórico: seus antecedentes remotos se encontram nas próprias sociedades originárias.⁸ (Arenas e Obediente, p. 17-18) **(Tradução do autor)**

A investigação destaca uma série de similitudes entre as formas de organização comunal do passado

7 No original, lê-se “o jornalismo”, mas como já apontado, e como se trata do mesmo autor do presente artigo, opta-se pela substituição por “a comunicação”, no sentido de ampliar o espectro de incidência da presente pesquisa.

8 “Nuestras investigaciones sobre etnografía rural en el estado Lara, por ejemplo, indican que las actuales Comunas campesinas – en particular las presentes en la región centro-occidental del país – no surgen de un vacío histórico: sus antecedentes remotos se encuentran en las propias sociedades originarias” (Arenas y Obediente, p. 17 – 18)

e as comunas bolivarianas. No processo histórico atual, as comunas tiveram seu marco legal aprovado pela Assembleia Nacional da Venezuela no dia 13 de dezembro de 2010. Em seu artigo II, o texto delimita a concepção adotada:

É um espaço socialista que, como entidade local, é definida pela integração de comunidades vizinhas com uma memória histórica compartilhada, traços culturais, usos e costumes, que se reconhecem no **território**⁹ que ocupam e nas atividades produtivas que lhes dão sustento, e sobre o qual exercem os princípios de soberania e participação protagônica como expressão do Poder Popular em concordância com um regime de produção social e o modelo de desenvolvimento endógeno e sustentável, contemplado no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação.¹⁰ (Ley Orgánica de las Comunas, 2010) **(Tradução do autor)**

Segundo os antropólogos venezuelanos, a transformação do território nacional venezuelano a partir da territorialização das comunas socialistas aporta

uma visão territorial¹¹ que desenhe o caráter transversal e democrático do Poder Popular socialista, assim como um novo conceito historiográfico do processo sociocultural venezuelano que sustente, explique e legitime as mudanças operadas pela Revolução Bolivariana.¹² (Arenas e Obediente, 2017, p. 27) **(Tradução do autor)**

Nos processos de territorialização – abstraindo-se a experiência específica das comunas venezuelanas – e por conseguinte de disputa política, segundo o professor Bernardo Mançano Fernandes (2008), “a produção material não se realiza por si, mas na relação

9 Grifo nosso

10 No original: “Es un espacio socialista que, como entidad local, es definida por la integración de comunidades vecinas con una memoria histórica compartida, rasgos culturales, usos y costumbres, que se reconocen el territorio que ocupan y en las actividades productivas que le sirven de sustento, y sobre el cual ejercen los principios de soberanía y participación protagónica como expresión del Poder Popular, en concordancia con un régimen de producción social y el modelo de desarrollo endógeno y sustentable, contemplado en el Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación”. (Ley Orgánica de las Comunas, 2010)

11 Grifo nosso

12 No original: “una visión territorial que dibuje al carácter transversal y democrático del Poder Popular socialista, así como un nuevo concepto historiográfico del proceso sociocultural venezolano que sustente, explique y legitime los cambios operados gracias a la Revolución Bolivariana”. (Arenas y Obediente, 2017, p. 27)

dialética com a **produção imaterial**¹³. E segue:

Igualmente, a produção material só tem sentido na realização e compreensão da produção imaterial. Essas produções são construídas nas formações socioespaciais e socioterritoriais. Os territórios materiais são produzidos por territórios imateriais. (Fernandes, 2009, p. 211)

Ou seja, o processo de territorialização das comunas e seus conflitos intrínsecos produzem, com ele, um território imaterial, onde – no caso venezuelano – atuam com protagonismo as ferramentas de comunicação criadas pelas comunidades organizadas.

A esse território imaterial, Arenas e Obediente (2017) denominam “*subjetividade social*” que, segundo os autores, é a pedra fundamental da “*identidade social*”, compreendida por eles como uma “*ideologia unitária de um povo*” em revolução.

Podemos considerar que as identidades culturais são um produto de socializações sucessivas e como tais, resultado de um processo interativo e comunicativo que geram um sentido de pertencimento, toda vez que nenhuma identidade cultural aparece do nada; todas são construídas de modo coletivo sobre as bases da experiência, a memória, a tradição (que também pode ser construída e inventada como vimos antes), e uma enorme variedade de práticas e expressões culturais, políticas e sociais.¹⁴ (Arenas e Obediente, 2017, p. 201 – 202) **(Tradução do autor)**

Essa compreensão do território vinculada ao sentido da “*identidade*” é corroborada pela professora do departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rosa Maria Vieira Medeiros (2008), em artigo intitulado “*Território, Espaço de Identidade*”. Nele, a autora afirma que “*o território é um espaço de identidade ou pode se dizer que é um espaço de identificação*”.

O território é, de início, um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua

apropriação só acontece em um segundo momento. O território é, assim como um espaço político, um jogo político, um lugar de poder. Definir seus limites, recortá-lo, é sinônimo de dominação, de controle. O domínio entre pessoas e nações passa pelo exercício do controle do solo. (Medeiros, 2008. p. 217)

Vale ressaltar que a produção do território imaterial não é uma característica exclusiva de um ou outro processo histórico, mas parte da disputa territorial que também é reflexo da luta de classes, como assegura Fernandes:

O território imaterial está presente em todas as ordens de territórios. O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. O processo de construção do conhecimento é, também, uma **disputa territorial**¹⁵ que acontece no desenvolvimento dos paradigmas ou correntes teóricas. (Fernandes, 2009, p.210)

Mais além de cumprirem uma tarefa concreta na disputa de narrativas do jogo político interno e externo, os meios de comunicação populares na Venezuela têm cumprido um papel fundamental ao produzir a consciência coletiva da práxis comunal em seu processo de territorialização, algo considerado por Fernandes (2009) como “*as bases de sustentação de todos os territórios*”.

Devido à própria temporalidade do desenvolvimento comunal venezuelano, ou seja, por estar ocorrendo nesse exato instante, ainda são escassas as investigações de caráter científico sobre as experiências concretas nas quais as ferramentas de comunicação operam objetivamente para a construção da geografia comunal venezuelana, às quais pretendo me ater no desenvolvimento da pesquisa de mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, pela Universidade Estadual Paulista “*Júlio de Mesquita Filho*”, iniciado em maio de 2019.

O documentário “*Juntera*”¹⁶ (2015), primeiro documento audiovisual coproduzido pela cooperativa de audiovisual La Célula e cinco comunas socialistas da Venezuela é um exemplo concreto do uso das

13 Grifo nosso.

14 No original: “*Podemos considerar que las identidades culturales son un producto de socializaciones sucesivas y como tales, resultado de un proceso interactivo y comunicativo que genera un sentido de pertenencia, toda vez que ninguna identidad cultural aparece de la nada; todas son construidas de modo colectivo sobre las bases de la experiencia, la memoria, la tradición (que también puede ser construida e inventada como hemos visto antes), y una enorme variedad de prácticas y expresiones culturales, políticas y sociales*”. (Arenas y Obediente, 2017, p. 201 – 202)

15 Grifo nosso.
16 Disponível *online* em Youtube “*Juntera. Primera parte*”, <https://www.youtube.com/watch?v=VC41r5yNJDw> N. del Editor. [Nota y link corregidos por el editor]

ferramentas de comunicação como instrumentos de organização, consolidação de princípios, valores e construção da nova territorialidade comunal. O longa-metragem de 75 minutos de duração é o primeiro de uma trilogia que pretende abordar as experiências comunais em três eixos regionais: ocidente (oeste) e oriente (leste), experiências comunais rurais; e o eixo central, onde está localizada a capital do país, Caracas, onde florescem experiências urbanas de organização comunal.

“Juntera” aborda as experiências da Comuna Socialista Agropecuaria Negro Primero, do estado Carabobo; a Comuna Victoria Popular Las Uvitas, de Barinas; a Cidade Comunal Socialista Simón Bolívar, do estado Apure; a Cidade Comunal Agroturística Juan Pablo Peñaloza, de Táchira; e a Comuna Agrosocialista Orimed, do estado Amazonas. Segundo a sinopse do filme, trata-se de um

documentário que registra a vida, o trabalho e a organização política chavista em cinco comunas socialistas camponesas acompanhadas pela Corrente Revolucionária Bolívar e Zamora (CRBZ). O filme indaga os processos de transformação revolucionários que vêm ocorrendo nesses territórios comunais e faz ênfase às reflexões políticas e filosóficas dos comuneiros e comuneiras que os levam a cabo, ao mesmo tempo que mostra como estas reflexões cotidianas se traduzem em uma maneira de viver solidárias, de respeito e cuidado coletivo de todas e todos.¹⁷ (2015)

Concluo destacando que a experiência venezuelana reflete o papel dos meios de comunicação populares nos processos de territorialização – produzindo um território imaterial – mas não são exclusivos dessa realidade histórica, como já afirmado acima. Experiências semelhantes – com maior ou menor incidência – ocorrem, por exemplo no Brasil, nos processos de territorialização dos assentamentos da reforma agrária, ou mesmo nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – movimento social que tem uma longa experiência com

17 No original: “documental que registra la vida, el trabajo y la organización política chavista en cinco comunas socialistas campesinas acompañadas por la Corriente Revolucionaria Bolívar y Zamora (CRBZ). La película indaga en los procesos de cambio revolucionarios que vienen ocurriendo en esos territorios comunales y hace énfasis en las reflexiones políticas y filosóficas de los comuneros y comuneras que los llevan a cabo, al tiempo que muestra cómo esas reflexiones cotidianas se traducen en una manera de vivir solidaria, de respeto y cuidado colectivo de todas y todos”.

a comunicação popular, com destaque para o trabalho realizado com as rádios comunitárias em diferentes regiões do país.

Referências Bibliográficas

Arenas, I. e M. Obediente (2017). *La larga marcha hacia la sociedad comunal – Tesis sobre el socialismo bolivariano*. Caracas, Venezuela: Editora El Perro y la Rana.

Fernandes, B. (2008). *Sobre a tipologia de territórios*. Em Saquet, M. e E. Sposito (org.), *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. (pp. 197-215). São Paulo, Brasil: Editora Expressão Popular.

Ferreira, L. F. (2007). *Objetividade e Parcialidade na obra jornalística de Karl Marx*. Faculdade de Ciências Humanas da Fundação Mineira de Educação e Cultura. Belo Horizonte, Brasil.

Genro Felho, A. (1987). *O Segredo da Pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre, Brasil: Editora Tchê.

Katz, C. (1999). *La Tecnología como Fuerza Productiva Social: Implicaciones de una Caracterización*. Em *Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología*, vol. 12, n° 3, pp. 371-381.

Marx, K. e F. Engels (1974). *A Ideologia Alemã*. Lisboa, Portugal: Editora Presença/Martins Fontes.

Medeiros, R. (2008). *Território, Espaço de Identidade*. In Saquet, M. e E. Sposito (org.), *Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. (pp. 217-227). São Paulo: Expressão Popular.

Meditich, E. (1997). *O jornalismo é uma forma de conhecimento?* Universidade Federal de Santa Catarina.

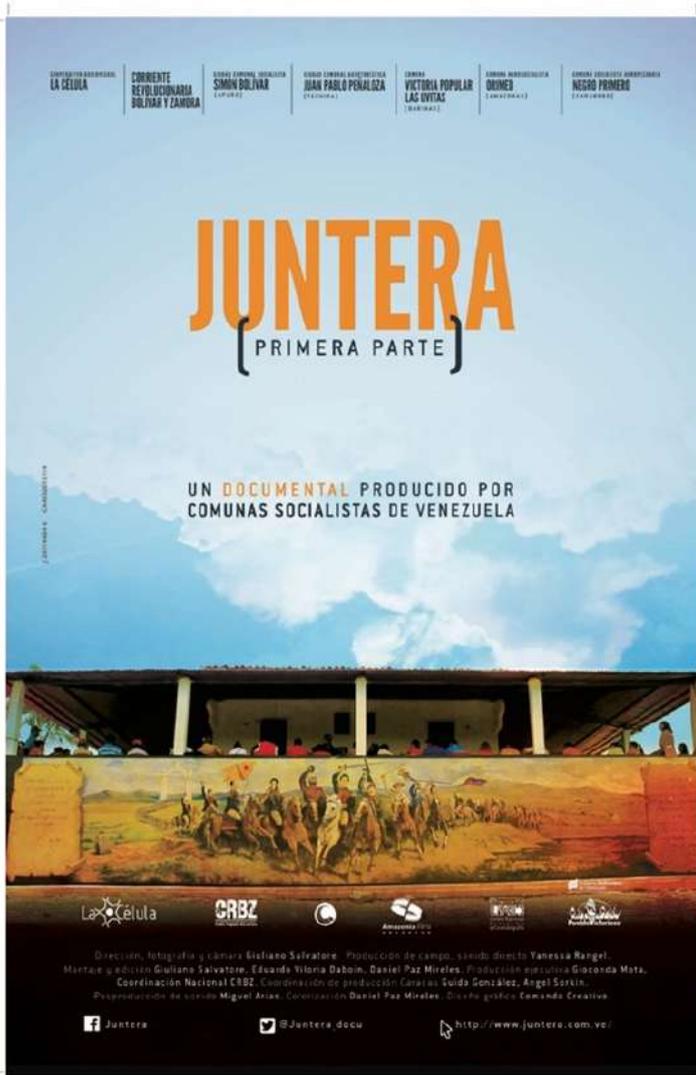
Ministerio del Poder Popular para las Comunas (2019). *2019: ano de consolidação do Estado Comunal*. Revisado em 01/09/2019. <https://www.mpcomunas.gob.ve/2019/01/20/2019-ano-de-consolidacion-del-estado-comunal/>

República Bolivariana de Venezuela. (1999) *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela*, Caracas.

República Bolivariana de Venezuela. (2006) *Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación para el período 2007-2013*. Caracas.

República Bolivariana de Venezuela. (2010) *Ley Orgánica de las Comunas*, Caracas.

Anexo I – Sinopse do documentário “Juntera”



JUNTERA

Sinopsis

Producido por:

La Célula Cooperativa Audiovisual
Corriente Revolucionaria Bolívar y Zamora
Ciudad Comunal Socialista Simón Bolívar
Ciudad Comunal Agroturística Juan Pablo Penaliza
Comuna Victoria Popular Las Uyitas
Comuna Agrosocialista Orimed
Comuna Socialista Agropecuaria Negro Primero

Equipo de realización:

Giuliana Salvatore Diaverti
Vanessa Rangel Puentes
Liliana Gutiérrez
Carina Santos
Coordinación Nacional CRBZ
Eduardo Viloria Daboin
Guido González
Angel Sorokin
Gioconda Mota Gutiérrez
Miguel Arias
Daniel Paz Miralles
Comando Creativo

Duración:

73 minutos

República Bolivariana
de Venezuela, 2015

Juntera es un largometraje documental que registra la vida, el trabajo y la organización política chavista en cinco comunas socialistas campesinas acompañadas por la Corriente Revolucionaria Bolívar y Zamora (CRBZ).

La película indaga en los procesos de cambio revolucionarios que vienen ocurriendo en esos territorios comunales y hace énfasis en las reflexiones políticas y filosóficas de los comuneros y comuneras que los llevan a cabo, al tiempo que muestra cómo esas reflexiones cotidianas se traducen en una manera de vivir solidaria, de respeto y cuidado colectivo de todas y todos.

Juntera es el primer largometraje documental producido por comunas socialistas del país y es la primera parte de una trilogía sobre el proceso de desarrollo comunal en la República Bolivariana de Venezuela.



Anexo II – Imagens do documentário “Juntera”¹



¹ Imagens cedidas pelo diretor do documentário, Giuliano Salvatore.

Anexo II – Imagens do documentário “Juntera” (Continuación)



COLECTIVO DE GEOGRAFIA CRITICA



**GLADYS
ARMIJO
ZUNIGA**